

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.201 - MG (2019/0355128-7)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : MARILIA SANTANA DA SILVA E OUTRO**  
**ADVOGADOS : MARILIA SANTANA DA SILVA - MG158055**  
**FREDERICO RODRIGUES MAGALHAES DE**  
**OLIVEIRA - MG150368**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS**  
**GERAIS**  
**PACIENTE : MAURO ALBO**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS**  
**GERAIS**

## DECISÃO

**MAURO ALBO** alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** no HC n. 1.0000.19.136917-2/000.

De plano, verifico que **a inicial do *mandamus* não veio acompanhada de cópia da manifestação da vítima sobre o despacho de fl. 51, proferido pela Juíza de primeiro grau**, o que prejudica sobremaneira a exata compreensão do caso, inviabilizando-se, assim, o exame do alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo alvo o paciente.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória.

É cogente ao impetrante, sobretudo quando se tratar de advogado, apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a alegada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

Nessa diretriz, menciono:

[...]

2. Na espécie, deixou-se de proceder à demonstração, mediante documentação comprobatória suficiente, de que o auto de constatação de dano realizado seria inidôneo, eis que

# *Superior Tribunal de Justiça*

ausente a peça, cabendo ao impetrante a escorreita instrução do *habeas corpus*, indicando, por meio de prova pré-constituída, o alegado constrangimento ilegal.

3. *Habeas corpus* não conhecido.

(HC n. 166.551/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, 6ª T., DJe 17/6/2013)

À vista do exposto, nos termos do art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Nada impede, porém, à vista dos princípios da economia e da celeridade processuais, que, caso a parte traga a peça faltante, o pedido seja considerado e analisado.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**